

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - GRU AIRPORT

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Desempenho Operacional	2018	2017	Varição %
Nº Total de Passageiros incluindo conexões¹ (Milhões)	42,2	37,8	11,8%
Nº Total de Passageiros Internacionais	14,9	14,0	6,5%
Nº Total de Passageiros Domésticos	27,3	23,8	15,0%
Movimentação de Aeronaves (MTA) Total Mil	293,9	266,0	10,5%
MTA Internacional (Mil)	80,2	74,1	8,3%
MTA Doméstico (Mil)	213,7	192,0	11,3%
Volume de Cargas² (mil toneladas)	306,4	282,1	8,6%
Importação/Desembarcadas (mil toneladas)	161,8	147,5	9,7%
Exportação/Embarcadas (mil toneladas)	144,5	134,6	7,4%
Companhias Aéreas²	44	42	4,8%
Destinos²	93	88	5,7%
Vagas de Estacionamento³	9.870	10.223	-3,5%
Estabelecimentos Comerciais⁴	323	292	10,6%

¹¹ Considerado volume de passageiros processados.
¹² Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA).
¹³ Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares.
¹⁴ Incluindo vagas para motocicletas.

Total de Passageiros

Em 2018, GRU Airport movimentou 42,2 milhões de passageiros, entre embarques e desembarques, apresentando um aumento de movimentação de passageiros de 11,8% em relação ao ano anterior, que foi de 37,8 milhões. Desse total, 27,3 milhões são de voos domésticos e 14,9 milhões de voos internacionais. O segmento doméstico apresentou um aumento de 15,0% em relação a 2017, devido a consolidação dos hubs das companhias aéreas Latam e Avianca, e a companhia aérea Azul, que aumentou o processamento de passageiros com maior disponibilidade de assentos e número de voos. O segmento internacional apresentou incremento de 6,5% em relação a 2017 devido principalmente ao desenvolvimento de rotas internacionais (EUA-Boston e Las Vegas, Israel-Telaviv, Equador-Quito e Argentina-Tucuman) e também à consolidação de hubs de companhias aéreas, como a Latam.

Movimentação de Aeronaves

Em 2018, 293,9 mil pousos e decolagens foram operados pelo GRU Airport, um aumento de 10,5% quando comparado a 2017. O aumento foi resultado de novas operações com horários alternativos de voos (madrugada e meio-dia), voos internacionais extras das companhias aéreas e início do projeto denominado *Projeto Ágil*, (operações de pousos e decolagens de maneira simultânea em condições meteorológicas visuais).

Volume de Cargas

O volume de cargas importadas e exportadas apresentou crescimento de 8,6% em relação ao ano anterior, incremento de 24,3 toneladas em 2018. Estes resultados foram consequência do desenvolvimento contínuo de novas frequências de voos cargueiros regulares, além do aumento de demanda de importações de segmentos como fármaco, automotivo e maquinário.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Em 2018, GRU Airport apresentou crescimento de 14,7% da receita líquida ajustada¹, refletindo a recuperação do cenário macroeconômico no país, mesmo que lenta, contribuiu para o aumento do faturamento de passageiros. Concomitantemente, destacam-se as performances acima do realizado no ano anterior das receitas tarifárias e não tarifárias, 21% e 7,5%, respectivamente. A gestão e o controle dos custos e despesas adotadas pela Concessionária, também foram fatores essenciais para a redução de 2,4% frente ao ano anterior. Os desempenhos econômicos financeiros e operacionais resultaram no EBITDA de R\$ 1,4 bilhão, 24,6% acima do realizado em 2017, e a margem EBITDA apresentou variação positiva de 5,5 p.p., fechando o ano de 2018 com 68,7% de margem.

RECEITAS

RS MM	2018	2017	Varição %
Receitas Tarifárias¹	1.323,6	1.093,7	21,0%
Receitas não Tarifárias	990,2	920,7	7,5%
Receita Bruta Ajustada	2.313,7	2.014,4	14,9%
Deduções da Receita Bruta	(289,1)	(248,8)	16,2%
Receita Líquida Ajustada	2.024,7	1.765,6	14,7%

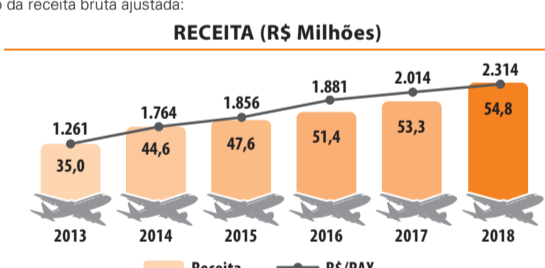
As receitas do GRU Airport são divididas em dois grupos: Tarifárias: devidas pelos usuários dos serviços aeroportuários e estão ligadas diretamente aos passageiros (taxas de embarque e conexão), aeronaves (taxas de pouso e permanência) e as tarifas ligadas ao terminal de cargas (armazenagem e capatazia). Não tarifárias: são receitas ocorridas mediante à celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços dentro do complexo aeroportuário. Dentre as receitas não tarifárias podemos destacar as receitas de cessão de espaço para lojas e restaurantes, estacionamento, publicidade e serviços aos passageiros.

Receitas Tarifárias

A receita tarifária foi de R\$ 1,3 bilhão, 21,0% superior ao ano de 2017, com destaques para: (i) crescimento de 11,8% no total de passageiros movimentados, com destaque para o crescimento do segmento doméstico em 15,0%; (ii) consolidação do início da cobrança aos finais de semana no armazenamento das cargas iniciada em agosto de 2017; (iii) contínuos esforços comerciais na negociação com grandes importadores para atrair cargas e no desenvolvimento de novas frequências de voos cargueiros regulares semanais; (iv) reajuste anual de tarifas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

Receitas Não Tarifárias

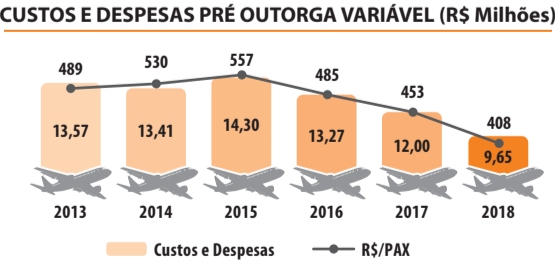
A receita bruta não tarifária atingiu o valor de R\$ 990,2 milhões em 2018, 7,5% superior aos R\$920,7 milhões realizados em 2017. Contribuíram para o crescimento, as receitas com cessão de espaços para lojas e restaurantes que cresceram 9,3%, impulsionadas pela inauguração de 31 novas operações comerciais em 2018. Dentre as novas operações destacamos as seguintes lojas: Piza Hut, Casa Baudouco e Victoria's Secret (Terminal 3) e Frida's e Starbucks (Terminal 2). O segmento de serviços aos passageiros também colaborou para o aumento da receita no ano, com destaque para a internalização parcial da operação de Salas Vip's do Aeroporto. Abaixo, observa-se a evolução ao longo dos anos do desempenho da receita bruta ajustada:



CUSTOS E DESPESAS

RS MM	2018	2017	Varição %
Pessoal	(117,1)	(141,7)	-17,4%
Conservação & Manutenção	(97,5)	(105,9)	-8,0%
Operacionais	(129,8)	(127,0)	2,2%
Despesas Administrativas	(77,1)	(83,3)	-7,5%
Outras receitas/despesas	13,7	4,9	180,9%
Custos & Despesas Operacionais - Pré-Outorga Variável	(407,7)	(453,0)	-10,0%
Outorga Variável	(226,7)	(197,3)	14,9%
Custos & Despesas Operacionais	(634,4)	(650,3)	-2,4%

Em 2018, os custos e despesas pré-outorga variável reduziram R\$ 45,3 milhões, 10% menor em comparação ao ano anterior, resultado das ações de melhoria contínua nos processos operacionais e administrativos visando otimizar custos e aumentar a sinergia das operações de GRU Airport. Os custos de pessoal apresentaram uma redução de 17% em relação ao ano de 2017, decorrente da reestruturação organizacional realizada em fevereiro de 2018. Em relação à conservação e manutenção, observou-se diminuição de R\$ 8,4 milhões, 8% de queda frente ao mesmo período do ano anterior, decorrente da redução de escopos e renegociações contratuais de prestação de serviços de contratos relevantes na área de manutenção e operações. Nos custos operacionais, observa-se uma discreta elevação de R\$ 2,8 MM ou 2,2%, devido ao: (i) aumento dos custos com energia elétrica decorrente do início de novas operações comerciais e reajuste anual das tarifas de energia elétrica; (ii) dos serviços de transporte de cargas, devido à maior movimentação de cargas no terminal, e (iii) ao início dos serviços *Premium da Sala Vip* sendo realizados diretamente por GRU Airport. As despesas administrativas apresentaram redução de R\$ 6,2 milhões, queda de 7,5% em relação ao ano anterior. A otimização dos serviços, a menor contratação de consultorias e a redução na taxa do seguro garantia, são os principais responsáveis pela redução frente ao ano de 2017. Os valores de outorga variável acompanham o comportamento da receita da Companhia. O crescimento consiste na elevação da receita frente ao ano de 2017. A evolução ao longo dos anos, dos custos e despesas, reflete o esforço e comprometimento de GRU Airport em melhorar processos e aumentar a eficiência operacional:



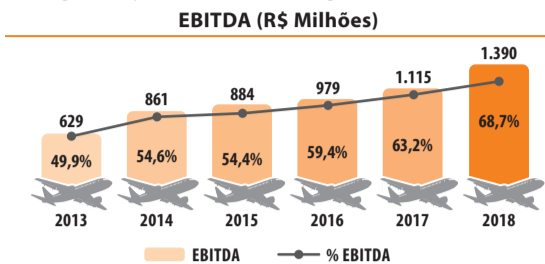
EBITDA E MARGEM EBITDA

RS MM	2018	2017	Varição %
Receita Líquida¹	2.024,7	1.765,6	14,7%
Custos & Despesas Operacionais	(634,4)	(650,3)	-2,4%
EBITDA	1.390,2	1.115,3	24,6%
Margem EBITDA (%)	68,7%	63,2%	5,5 p.p.

Instrução CVM nº 527/12
O EBITDA em 2018 foi de R\$ 1,4 bilhão, representando um crescimento de 24,6% em relação ao ano de 2017. A margem EBITDA apresentou elevação de 5,5 p.p.

¹http://www.infraestrutura.gov.br/pesquisa-satisfacao
¹mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.
²http://www.anac.gov.br
³http://www.comexstaf.com.br

Esta variação reflete o compromisso da Administração da Concessionária em maximizar a rentabilidade operacional da Companhia com resultados sólidos e sustentáveis. Observa-se significativo crescimento dos resultados ao longo do tempo, como demonstrado no gráfico abaixo:



LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO

RS MM	2018	2017	Varição %
(Prejuízo) Líquido do Exercício	(188,2)	(633,6)	-70,3%
(-) Impacto Outorga Fixa (contábil)	1.370,6	1.306,6	4,9%
Resultado Líquido Pré-Outorga Fixa	1.182,4	673,0	75,7%
(+) Outorga Fixa - Caixa	(242,7)	(1.608,4)	-84,9%
(Prejuízo) Líquido do Exercício Ajustado	939,6	(935,4)	-200,4%

Em 2018, o prejuízo líquido foi de R\$ 188,2 milhões, R\$ 445,4 milhões menor em relação ao ano anterior. A redução do prejuízo apresentado foi, principalmente, devido à constituição do imposto diferido ativo com base nas instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2018, GRU Airport, iniciou investimentos na infraestrutura com o objetivo de aprimorar o nível de atendimento e o conforto aos passageiros. Dentre os projetos, destacamos: (i) investimento no *Pier* oeste do Terminal 2, sendo quatro novas pontes de embarque (estrutura que leva os passageiros até os aviões), aumentando a capacidade de atendimento de passageiros; (ii) investimento no sistema de distribuição de bagagens (BHS) do Terminal 2, que consistiu em tornar o *check-in* "B" capaz de processar a checagem tanto para embarque doméstico quanto para internacional; (iii) investimento na expansão da sala de embarque remota do Terminal 3, resultando num crescimento de 40% na área de embarque. O projeto consistiu na instalação de novos portões de embarque e também de mais assentos. Adicionalmente, foram construídos no local novos banheiros, dobrando a capacidade de atendimento; (iv) investimento de duas novas pontes de embarque no Terminal 3, este projeto consiste na ampliação da estrutura do *Pier* e a previsão de conclusão está para o primeiro trimestre de 2019; (v) e, ainda em 2018 foram iniciadas as obras do Pátio "7", que contemplam em sua primeira fase a disponibilização de 12 novas posições de aeronaves código "C" e deve ser inaugurado no primeiro semestre de 2019.

RS MM	2018	2017	Varição %
Imobilizado	0,1	0,1	
Intangível*	92,3	58,4	
Total Investido	92,5	58,5	
Capitalização do Resultado Financeiro	258,0	243,7	
Investimento Contábil	350,5	302,3	

ESTRUTURA FINANCEIRA

RS MM	2018	2017	Varição %
Dívida Bruta	3.440,1	3.640,9	-5,5%
Circulante	176,6	222,2	-20,5%
Não Circulante	2.531,4	2.678,7	-5,5%
Debenture	732,2	740,0	-1,1%
Disponibilidades	653,6	189,0	245,8%
Caixa e equivalentes de caixa	502,5	44,4	1.031,2%
Aplicações Financeiras	151,2	144,6	4,5%
Dívida Líquida	2.786,5	3.451,9	-19,3%

Em 2018, GRU Airport manteve sua estrutura de dívida, que é composta principalmente do financiamento de longo prazo contratado junto ao BNDES e Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú), somando R\$ 2,7 bilhões do endividamento, bem como as dívidas emissões de debêntures que somadas atingem o volume de R\$ 732,2 milhões. Além disso, o GRU Airport possui uma linha de *Hot Money*, com o objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia, no montante de R\$ 12,5 milhões.

PRÊMIO E RECONHECIMENTO

Em 2018, pelo terceiro ano consecutivo, o GRU Airport recebeu o prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com os Jornalistas 2018, na categoria Logística e Transporte. A premiação é promovida pelo CECOM (Centro de Estudos da Comunicação) em parceria com a revista Negócios da Comunicação. GRU Airport foi consagrado vencedor na categoria 1 "Ações de inovação implementadas por operadores de aeródromos" no concurso Inovancap promovido pela ANAC. A laureação consistiu em uma solução de sinalização aplicada durante a execução das obras das RESAS das pistas de pousos e decolagens do SBGR.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Desempenho Ambiental

O GRU Airport está comprometido com o desenvolvimento de atividades que consideram a proteção ao meio ambiente, assegurando o cumprimento das leis, normas e padrões socioambientais aplicáveis a gestão aeroportuária.

Responsabilidade Social

O Aeroporto Internacional de São Paulo investe em ações de responsabilidade social por meio de projetos de incentivo ao empreendedorismo, oficinas de música, artesanato e robótica, além de iniciativas socioambientais que beneficiam moradores do entorno do aeroporto. No âmbito estratégico, GRU Airport utiliza os indicadores socioambientais do Instituto Ethos e do GRI (*Global Reporting Initiative*) para propor a implementação de boas práticas ao negócio. Atualmente, os principais projetos sociais apoiados pelo GRU Airport são:

Projeto Afinando o Futuro com Arte: projeto socioeducativo localizado no sítio aeroportuário para atendimento de crianças e adolescentes do entorno do aeroporto. O projeto é gerido pela Associação Guarulhense de Amparo ao Menor (AGAM), entidade com mais de 30 anos de atuação no município de Guarulhos. Atualmente, são atendidas cerca de 120 crianças e adolescentes, entre 06 e 18 anos. Durante as aulas, os alunos executam atividades que reforçam o vínculo familiar e as relações sociais, o que os afasta do trabalho infantil. As oficinas são desenvolvidas por faixa etária, nos períodos da manhã e tarde, de segunda a sexta-feira, desenvolvendo atividades com música, informática, competências para a vida, artes, inglês, robótica e esporte. O projeto oferece assistência social com visitas domiciliares. Em 2018, o projeto iniciou uma parceria com o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) para oferecer oficinas relacionadas ao primeiro emprego. No total, 17 adolescentes foram inseridos no mercado de trabalho por meio do programa Jovem Aprender.

Primeiro Voo: parceria com a Wizard Idiomas, oferece curso de inglês para os atendidos do projeto Afinando o Futuro com Arte. O intuito é preparar os alunos para o mercado de trabalho. Em 2018, 79 pessoas foram matriculadas na oficina de inglês, com aproveitamento de mais de 77% de aprovação. O curso somou 72 horas de aulas durante o ano.

Investimento social - Subcrédito social C: linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é destinada à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais que sejam, preferencialmente, articulados com o poder público local e/ou que visem a somar esforços com programas ou políticas públicas. Até o momento foram aprovados por meio do subcrédito os seguintes projetos: Centro de Defesa de Direitos Humanos - CDDH; Afinando o Futuro com Arte; Bioplant (planta de biodiesel); e Instituto Coliseu Boxe Center.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

As práticas de recursos humanos disseminam ações direcionadas para atrair, desenvolver, reconhecer e reter profissionais capazes de sustentar a estratégia da Companhia. Além disso, buscamos agregar valor a partir do desenvolvimento das pessoas, com ações voltadas para a análise de performance, mapeamento das competências e no aprimoramento da capacitação profissional, atuando na melhoria contínua do ambiente de trabalho. Anualmente, são realizados, como parte do ciclo de desenvolvimento de pessoas, comitês de carreira e sucessão, pautados pela análise de competências técnicas, comportamentais e entregas realizadas, estruturando o mapeamento sucessório da Companhia. Ainda visando o desenvolvimento de todos que trabalham no sítio aeroportuário, em 2018, 41.222 pessoas participaram de sessões de treinamento, entre colaboradores e comunidade aeroportuária, totalizando 111.485 horas treinadas.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Pessoas e equipes precisam atuar em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores do GRU Airport. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo de denúncia. Em 2018, foi realizada a revisão do código de ética e conduta, o que inclui os seguintes itens: (i) atitudes legais; (ii) respeito à diversidade; (iii) valorização do ambiente de trabalho; e (iv) excelência dos serviços. Todos os funcionários aderiram ao código de ética, o mesmo pode ser verificado no site da Companhia.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

O Programa de Ética e Conduta do GRU Airport foi implementado e compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos e instruções de trabalho, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente, o programa que é monitorado por um grupo independente dedicado aos temas da atividade de *Compliance* e, para fins de governança, responde diretamente ao Presidente da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GRU Airport apresenta as Demonstrações Contábeis do ano de 2018, de acordo com as normas internacionais de contabilidade e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às operações da Companhia. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/2003, o GRU Airport celebrou contrato com a Grant Thornton Auditores Independentes em 2016 como auditor externo e mantém o contrato ativo para o exercício de 2018.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo nº 25 da Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria do GRU Airport declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

¹Expurgado o efeito da contribuição tarifária

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
 Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 de Dezembro de 2018	259.955	(37.701)	250.268	15.087	6.310	9.899	5.455	186	240	10.211
31 de Dezembro de 2017	230.152	(23.644)	221.074	9.645	2.685	1.872	778	231	406	17.105

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para perda de crédito esperada é de R\$ 37.700 (R\$ 23.644 em 31 de dezembro de 2017). Movimentação na perda de crédito esperada:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(23.644)	(13.352)
Adições	(37.066)	(13.982)
Reversões	17.624	1.076
Baixa	5.385	2.614
Saldo no fim do exercício	(37.701)	(23.644)

Com a atualização do IFRS 9/CPAC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, que introduz novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, a Concessionária revisou sua política e procedimentos para o reconhecimento das provisões de perdas de clientes, considerando os aspectos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que considera a avaliação de possíveis perdas de créditos no que representa incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes. A seguir apresentamos o percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento, entretanto, a Concessionária utiliza do julgamento e avaliação de risco para a provisão ou não, caso entenda necessário.

Aging	%
Títulos a vencer	
Vencidos até 30 dias	
Vencidos de 31 a 60 dias	28,7%
Vencidos de 61 a 90 dias	38,0%
Vencidos de 91 a 120 dias	54,0%
Vencidos de 121 a 150 dias	64,0%
Vencidos de 151 a 180 dias	74,1%
Vencidos de 181 a 210 dias	83,3%
Vencidos de 211 a 240 dias	87,3%
Vencidos de 241 a 270 dias	91,3%
Vencidos de 271 a 300 dias	96,3%
Vencidos de 301 a 330 dias	98,9%
Vencidos de 331 a 360 dias	100,0%
Vencidos há mais de 361 dias	100,0%

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF	4.632	6.586
IRPJ a compensar	1.061	655
CSLL a compensar	215	131
PIS e COFINS	32.235	29.989
ISSQN	41	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	38.384	37.402
PIS e COFINS - não circulante	391.236	409.364
Total	429.620	446.767

O montante de impostos a recuperar se refere principalmente ao crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos, que são compensados a partir da amortização dos bens realizada pela curva de demanda. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos** a Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12), Instrução CVM 371, OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 01/2019 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre resultados fiscais, bases negativas de contribuição social, diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Natureza	31/12/2018	31/12/2017
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	942.583	688.029
Diferenças temporárias - provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	960.624	706.070
Passivo diferido		
Outorga fiscal(*)	(584.975)	(628.307)
AVP outorga fiscal	(139.006)	(166.180)
Margem de construção(*)	(31.548)	(33.815)
AVP reequilíbrio	(2.866)	(1.869)
Total	(758.395)	(830.171)
Saldo ativo diferido líquido	202.229	(124.101)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14. A Concessionária constituiu o montante de R\$ 151.458 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 152.235 em 31 de dezembro de 2017 não constituído) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2018, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.106.259 (R\$ 1.183.073 em 31 de dezembro de 2017). A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados ao longo do prazo da concessão conforme abaixo:

	Ativo
2021	9.171
2022	33.050
2023	52.120
2024 a 2032	866.283
Total	960.624

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos. **c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominalis a efetivo:** a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(614.547)	(720.066)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas da legislação	174.946	244.822
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(74)	(144)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	151.458	(158.235)
Total do imposto no resultado - diferido	326.330	86.443

d) Impostos a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos sobre faturamento		
PIS e COFINS	24.068	23.794
ISSQN	7.925	7.283
Total	31.993	31.077
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN terceiros	1.682	950
IRRF	1.235	1.620
INSS s/terceiros	2.106	1.498
CSRF	1.897	1.349
Total	5.920	5.417
Circulante	37.913	36.494

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abster-se-á de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiar de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária. A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2018	
			Ativo não Circulante	Passivo Circulante
INFRAERO (i)	Repasso de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
CART (ii)	funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
METRÓRIO (iii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	457
			17.730	25.883

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2017	Captação	Juros Incorridos	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Custo de Emissão	Saldo final 31/12/2018
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	2,88%	1.969.887	-	177.528	(99.425)	(164.595)	-	1.883.395
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	0,00%	2.891	221	197	-	(174)	-	3.135
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dezembro/27	TJLP	3,40%	847.426	-	77.662	(41.601)	(74.538)	-	808.949
Itaú	Carta Finança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	24	-	(24)	-	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dezembro/18	CDI	spread	50.460	-	1.929	(50.000)	(2.389)	-	-
Daycoval	CCB	julho/19	CDI	5,54%	30.210	-	2.680	(18.333)	(2.065)	-	12.492
BTG Pactual	Nota Promissória	setembro/18	CDI	1,40%	-	205.000	3.935	(205.000)	(3.935)	-	-
Custo com Nota Promissória	Nota Promissória				-	(2.149)	-	-	2.149	-	-
Total					2.900.880	203.072	263.955	(414.359)	(247.720)	2.149	2.707.977
Parcela do circulante					222.157	-	-	-	-	-	176.564
Parcela do não circulante					2.678.723	-	-	-	-	-	2.531.413

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2016	Captação	Juros Incorridos	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Custo de Emissão	Saldo final 31/12/2017
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	2,88%	1.941.629	53.505	189.311	(46.365)	(168.193)	-	1.969.887
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	0,00%	1.993	870	164	-	(136)	-	2.891
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dezembro/27	TJLP	3,40%	832.620	22.845	92.684	(19.330)	(81.393)	-	847.426
Itaú	Carta Finança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	28	-	(27)	-	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dezembro/18	CDI	spread	50.697	-	8.065	-	(8.302)	-	50.460
Daycoval	CCB	julho/19	CDI	5,54%	-	30.000	210	-	-	-	30.210
Total					2.826.944	107.220	290.462	(65.695)	(258.051)	-	2.900.880
Parcela do circulante					126.072	-	-	-	-	-	222.157
Parcela do não circulante					2.700.872	-	-	-	-	-	2.678.723

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 31 de dezembro de 2018, o montante capitalizado no exercício foi de R\$ 2.891 (R\$ 1.889 em 31 de dezembro de 2017). Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
2020	200.873												
2021	253.064												
2022	275.916												
2023 em diante	1.801.560	2.531.413											

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto: em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,8 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 1.000, (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 487.000, e (iv) "subcrédito C" no valor de R\$ 17.000. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas. **Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto:** em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 643.000, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 187.000, e (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2017	
			Ativo não Circulante	Passivo Circulante
INFRAERO (i)	Repasso de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
ACSA	Prestação de serviço de consultoria	Acionista indireto	-	8.648
Inst. INVEPAR	Prestação de serviços de consultoria	Coligada	-	180
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
METRÓRIO (iii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	457
			17.730	34.531
				8.828

a) Sumário das transações entre partes relacionadas:
 (i) A Concessionária e INFRAERO possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação; (ii) Os passivos com as coligadas CART e METRÓRIO são valores referentes a gastos com funcionários cedidos à Concessionária; (iii) Remuneração do pessoal-chave da Administração; a remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o exercício foi a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	8.489	8.216
Outros benefícios	304	486
Encargos	1.584	1.581
Total da remuneração	10.377	10.283

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado. Em 31 de dezembro de 2018, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.025 (R\$ 3.345 em dezembro de 2017). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2018 para o exercício de 2018, é de R\$ 11.013, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transf. rências	Saldo em 31/12/2018	
Custo					
Instalações	5%	11.944	-	11.944	
Máquinas e equipamentos	10%	3.701	3	3.704	
Móveis e utensílios	10%	2.743	4	2.747	
Veículos	20%	2.219	-	55	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.301	4	26	10.331
Imobilizado em andamento		59	114	(85)	88
Total		30.967	125	-	31.092
Depreciação acumulada					
Instalações	(1.306)	(1.140)	-	(2.446)	
Máquinas e equipamentos	(2.442)	(335)	-	(2.777)	
Móveis e utensílios	(1.633)	(239)	-	(1.872)	
Veículos	(1.775)	(361)	-	(1.526)	
Equipamentos de informática	(1.275)	(1.275)	-	(484)	
Total	(13.829)	(3.350)	-	(17.179)	
Imobilizado líquido		17.138	(3.225)	-	13.913

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transf. rências	Saldo em 31/12/2017	
Custo					
Instalações	5%	11.944	-	11.944	
Máquinas e equipamentos	10%	3.563	138	3.701	
Móveis e utensílios	10%	2.743	-	2.743	
Veículos	20%	2.105	114	2.219	
Equipamentos de informática	20%	10.502	110	10.369	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

15. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	31/12/2018	Provisões	Reversões	Atualização	31/12/2018
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	10.660	3.432	(6.895)	2.321	10.518
Tributárias (b)	158		(2)	4	163
Administrativas (c)	289	248	(143)	64	458
Cíveis (d)	93	2.905	(2.948)	72	122
Total	11.200	6.588	(8.988)	2.461	11.261

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	3.857	2.627
Tributárias (b)	82.792	10.307
Administrativa (c)	1.292	13.362
Cíveis (d)	2.079	786
Total	90.200	27.582

a) **Riscos trabalhistas:** a Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 85% do total das contingências. b) **Riscos tributários:** autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos. c) **Riscos administrativos:** autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo. d) **Riscos cíveis:** processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos porcessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas. **Depósitos recursais e judiciais:** em 31 de dezembro de 2018, a Concessionária possuía R\$ 14.099 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 8.141 em 31 de dezembro de 2017).

16. RECEITA DIFERIDA

	Saldo Inicial	Adição	Apro- priação	Transfe- rência	Saldo final
	31/12/2017				31/12/2018
Cessão de espaço	9.274	1.828	(9.485)	8.364	9.981
Reequilíbrio	7.756	-	(7.958)	7.958	7.756
Circulante	17.030	1.828	(17.443)	16.322	17.737
Cessão de espaço	92.033	10.407	-	(8.364)	94.076
Reequilíbrio	66.150	-	1.096	(7.958)	59.288
Não Circulante	158.183	10.407	1.096	(16.322)	153.364
Total	175.213	12.235	(16.347)	171.101	177.101
	Saldo Inicial	Adição	Apro- priação	Transfe- rência	Saldo final
	31/12/2016				31/12/2017
Cessão de espaço	7.329	467	(8.363)	9.841	9.274
Reequilíbrio	7.142	-	(7.296)	7.910	7.756
Circulante	14.471	467	(15.659)	17.703	17.030
Cessão de espaço	83.149	18.725	-	(9.841)	92.033
Reequilíbrio	73.905	-	155	(7.910)	66.150
Não Circulante	157.054	18.725	155	(17.751)	158.183
Total	171.525	19.192	(15.504)	-	175.213

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referentes à cessão de espaço, como também, o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico-financeiro. A atualização do reequilíbrio econômico, feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida. Por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	13.687	37,573
Não circulante	63	9.993
Total	13.750	47.566

Valores referentes a antecipação de recebíveis, relacionados ao direito de exclusividade na exploração das atividades que são objetos de geração de receitas não-tarifárias.

18. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2018	31/12/2017
Repassa ATAERO (a)	-	1.895
Repassa PAN/PAT (b)	141	29
Repassa ao Tesouro Nacional (c)	70.112	110.137
Contribuição Mensal (d)	65.508	53.241
Total	135.762	165.302

(a) O repasse ATAERO era o adicional tarifário, instituído pela Lei nº 7.920/89, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no percentual de 35,90% dos valores efetivamente cobrados dos usuários. A Lei nº 13.319/16 extinguiu a cobrança deste repasse e criou a Contribuição Mensal, sem impactos no resultado da Concessionária; (b) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas; (c) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil, incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão; (d) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,95% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousa e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social: em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2017 era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	31/12/2018	31/12/2017
Capital		
Ações ordinárias	2.624.558	2.624.558
%	100	100

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 12 de dezembro de 2017, a Concessionária realizou aumento de capital social no valor de R\$ 850.000, mediante a emissão de 1.103.896.102 novas ações ordinárias.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	1.091.497	941.050
Receita de armazenagem e capatazia	692.947	533.406
Total da receita operacional bruta tarifária	1.784.444	1.474.456
Receita operacional bruta não tarifária		
Cessão de espaço	990.163	920.735
Total da receita operacional bruta não tarifária	990.163	920.735
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	2.774.607	2.395.191
Deduções da receita bruta	(749.951)	(629.572)
PIS	(45.619)	(39.370)
COFINS	(210.124)	(181.341)
ISSQN	(89.156)	(73.723)
Contribuição mensal (*)	(395.048)	(324.605)
Devoluções e cancelamentos	(10.004)	(10.533)
Receitas líquida de serviços e cessão de espaço	2.024.656	1.765.619

(*) Contribuição mensal, instituída pela Lei nº 13.319/16, maiores detalhes estão descritas na nota explicativa nº 18 (d).

21. CUSTO E DESPESAS

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e encargos	(117.094)	(141.680)
Conservação e manutenção	(97.469)	(105.895)
Comunicação, marketing e publicidade	(909)	(1.170)
Seguros e garantias	(15.193)	(16.916)
Serviços de terceiros	(134.516)	(134.073)
Veículos	(1.131)	(1.981)
Consultoria e assessoria	(7.652)	(16.377)
Alugueis e impostos	(24.913)	(30.329)
Energia elétrica	(30.700)	(27.335)
Contingências	(3.401)	(8.889)
PECLD	(14.057)	(10.292)
Outorga variável (*)	(226.711)	(197.291)
Depreciação e amortização	(828.185)	(764.897)
Outros	39.314	36.923
Total	(1.462.617)	(1.415.202)
Custo dos serviços prestados	(1.340.555)	(1.272.980)
Despesas gerais e administrativas	(135.278)	(143.197)
Outras receitas e despesas	13.666	975
Total	(1.462.617)	(1.415.202)

(*) Detalhes dos valores da outorga variável estão descritas na nota explicativa nº 14.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	28.199	34.694
Outras receitas financeiras	6.465	8.217
Total	34.664	42.911
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(757.735)	(739.483)
Juros sobre debêntures	(81.981)	(71.875)
Juros sobre empréstimos	(261.063)	(288.573)
Comissões e despesas bancárias	(3.925)	(7.902)
Outros	(6.546)	(5.561)
Total	(1.111.250)	(1.113.394)
Total do resultado financeiro	(1.076.586)	(1.070.483)

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "concessão aeroportuária" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

24. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos do INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item "15.3". O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de seus contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuária, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao Aeroporto).

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Fin Seguradora
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2018	24/05/2019 Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2018	24/05/2019 Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	555.321	04/06/2017	04/06/2019 Seguradora Fator Seguradora/Potencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2018	24/05/2019 Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida - bombeiros	56.560	24/05/2018	24/05/2019 Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	600.000	24/05/2018	24/05/2019 Tokio Marine Seguradora

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo INVEPAR, com vigência de março de 2018 a março de 2019, com limite máximo de garantia de R\$ 100.000.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

	Valor justo	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	502.468	-	502.468
Aplicações financeiras vinculadas	151.151	-	151.151
Contas a receber	-	259.955	259.955
Partes relacionadas	-	17.730	17.730
Total do ativo	653.619	277.685	931.304
Passivos			
Fornecedores	-	78.347	78.347
Partes relacionadas	-	25.893	25.893
Empréstimos e financiamentos	-	2.707.977	2.707.977
Debêntures (*)	-	738.926	738.926
Concessão do serviço público	-	13.177.331	13.177.331
Total do passivo	-	16.728.464	16.728.464

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação. Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos: a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos: os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Hierarquia do valor justo: a Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: • Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	502.468	502.468	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	151.151	-	151.151	-
Total	653.619	502.468	151.151	-
Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.707.977	-	2.707.977	-
Debêntures (*)	738.926	-	738.926	-
Concessão de serviço público	13.177.331	-	-	13.177.331
Total	16.624.234	-	3.446.903	13.177.331
Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	44.420	44.420	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	144.575	-	144.575	-
Contas a receber	-	230.152	230.152	-
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	-
Total do ativo	188.995	247.882	436.877	-
Passivos				
Fornecedores	-	70.105	70.105	-
Partes relacionadas	-	34.531	34.531	-
Empréstimos e financiamentos	-	2.900.880	2.900.880	-
Debêntures (*)	-	747.754	747.754	-
Concessão do serviço público	-	12.378.540	12.378.540	-
Total do passivo	-	16.131.810	16.131.810	-

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo. • Empréstimos e financiamentos: os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juro comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo. • Debêntures:

as debêntures em 31 de dezembro de 2018, apresentam valor de mercado R\$ 682.291 (R\$ 710.025 em 31 de dezembro de 2017). Fonte: CETIP. • Concessão de serviço público: os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas. As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária. b) **Concentração de risco de crédito:** instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perda de crédito esperada, nota explicativa nº 6. c) **Risco de liquidez:** a Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
--	-----------	---------------	---------------

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para o cálculo da taxa. Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais pessimista e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais pessimista. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** conforme descrito na nota explicativa nº 7 - "Impostos, taxas e contribuições" subitem (b), a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 960.624 mil, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados da projeção de geração de lucros tributáveis futuros. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** com o auxílio de nossos especialistas internos de *corporate finance*, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados possam ser utilizados, incluindo expectativa de crescimento, inflação, bem como comparamos com dados históricos, dados do setor e/ou dados de mercado e efetuamos análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os lucros tributáveis futuros da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para o cálculo da taxa e avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas em notas explicativas. Envolvermos também os nossos especialistas em tributos nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos, na validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e, avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que, no que se refere a sua recuperabilidade, os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Redução do valor recuperável do contas a receber: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** conforme nota explicativa nº 6 - "Contas a receber", com a entrada em vigor do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Administração revisou e alterou a política utilizada para mensuração da provisão para perda de crédito esperada com o objetivo de atender aos novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento da redução do valor recuperável do contas a receber. Esse tema foi considerado como um assunto crítico em nossa auditoria devido a mudança de conceito introduzida pela nova norma, alterando o conceito de "perda incorrida" para o conceito de "perda esperada" e, por esse motivo, para endereçar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, tivemos um envolvimento significativo da equipe de auditoria com o objetivo de verificar, com base na norma mencionada, se a Administração da Companhia havia procedido com o julgamento adequado, visando implementar sua nova política contábil para mensuração da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** efetuamos o entendimento dos

julgamentos utilizados pela Administração da Companhia para definição da nova política contábil aplicada para provisão para perda de crédito esperada e observamos se os julgamentos e a modelagem financeira que foram utilizados possuíam amparo técnico no IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros, com o objetivo de avaliar a consistência técnica da nova política utilizada pela Administração. Adicionalmente, obtivemos a memória de cálculo da matriz de provisões, do *aging list* do contas a receber e do cálculo da provisão para perda de crédito esperada e efetuamos o recálculo dos mesmos com o objetivo de avaliar a precisão aritmética dos cálculos efetuados. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a estimativa de provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa registrada pela Administração, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** a Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** a Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Grant Thornton
 Auditores Independentes
 CRC 2SP-025.583/O-1

São Paulo, 21 de março de 2019

Régis Eduardo Baptista dos Santos
 CT - CRC 1SP-255.954/O-0

GRU AIRPORT AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

MAIOR AEROPORTO DA AMÉRICA DO SUL

NOSSO ANO EM NÚMEROS 2018

